

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

---

# Revista Portuguesa de História

TOMO XVII

*HOMENAGEM AO DOUTOR TORQUATO DE SOUSA SOARES*

II



COIMBRA/1977

# B I B L I O G R A F I A

MANUEL DA SILVA GUIMARÃES — *História de uma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar*. Edição da Junta Distrital de Santarém, Santarém, 1976. VIII + 15-353 pp. + 19 pp. de estampas.

Esta obra sobre a Fábrica de Fiação de Tomar constitui mais um elemento importante para a história da indústria em Portugal. Efectivamente, sendo escasso o número de trabalhos globais sobre este assunto (\*), estudos monográficos referentes a regiões ou localidades, empresas ou fábricas — como este e alguns outros aparecidos anteriormente (2) — permitirão enriquecer o conhecimento histórico da realidade industrial portuguesa e, conseqüentemente, a elaboração de trabalhos de conjunto mais completos e fundamentados, abrangendo regiões mais vastas ou mesmo todo o país.

Na introdução do livro que analisamos são feitas algumas considerações acerca do panorama industrial português nos séculos XVII e XVIII. Assim, apresentam-se testemunhos de autores seiscentistas

O) De entre os publicados destacamos: Jorge Borges de Macedo, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1963 ; Armando Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 3.ª ed., Porto, Limiar, 1976; Francisco Pereira de Moura e outros, *Estudo sobre a indústria portuguesa*, Lisboa, II Congresso da Indústria Portuguesa, [1957?]; Joel Serrão e Gabriela Martins, *Da indústria portuguesa. Do antigo regime ao capitalismo. Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

(2) Como, por exemplo, João Theodoro Ferreira Pinto Basto, *A Fábrica da Vista Alegre. O Livro do seu centenário, 1824-1924*, Lisboa, 1924; Carlos Vitorino da Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. II Centenário, 1769-1969*, Publ. pela Fábrica-Escola Irmãos Stephens, sob o alto patrocínio do Instituto Nacional de Investigação Industrial, Lisboa, 1969.

— Manuel Severim de Faria e Duarte Ribeiro de Macedo — que defendiam a necessidade de Portugal desenvolver a sua actividade manufactureira. São também salientadas as dificuldades sentidas por Portugal em acompanhar os progressos que entretanto se iam efectuando em algumas nações europeias e, bem assim, algumas formas de obstar a tal limitação. Um dos meios utilizados consistiu na «... curiosa actividade de espionagem no campo da indústria, exercida por vários responsáveis directos pela economia nacional, destacando-se nesta actividade, pouco divulgada, o próprio marquês de Pombal que se cartou pessoal e particularmente com alguns dos *olheiros* industriais que destacou para a Europa» (p. II).

Faceta interessante salientada pelo A., mas que, devido exactamente ao facto de estar pouco divulgada, carecia de mais algum desenvolvimento ou, pelo menos, da indicação de fontes ou estudos sobre tal matéria <sup>(3)</sup>.

Seguem-se a enumeração de várias medidas governamentais tomadas de inícios do século XVIII aos começos do século XIX e algumas considerações acerca das tentativas de industrialização nos fins de Seiscentos, com o Conde da Ericeira, e no período pombalino, sob a acção do próprio Marquês de Pombal.

No tocante à preferência que, de longa data, fora dada a Tomar para a localização de várias indústrias, são apontados, em síntese, os seguintes motivos: a localização central da então vila de Tomar, as condições oferecidas pelo terreno em que corre o rio Nabão e a força motriz fornecida pelas suas águas e, por último, a facilidade de comunicações através do Tejo (pp. VI-VII). Julgamos terem sido os dois últimos factores que, pela sua importância, mais contribuíram para a aludida preferência <sup>(4)</sup>.

<sup>(3)</sup> Caso semelhante de «espionagem industrial» se verificou em 1885-1886, com um operário português da indústria de lanifícios que, encontrando-se a estagiar numa fábrica alemã, procurava entrar em determinadas secções apenas na ausência do proprietário, visto este lhe proibir tal acesso (AHMOP, documentação não catalogada). Pensamos voltar a este assunto num trabalho que preparamos sobre industrialização e operariado no distrito de Coimbra, de 1870 a 1926.

<sup>(4)</sup> Como é sabido, a energia hidráulica exerceu um papel de excepcional relevância, principalmente até à aplicação à indústria da energia a vapor. Por seu turno, à facilidade de transportes oferecida pelo rio Tejo a jusante da Barquinha, veio juntar-se depois, sobretudo a partir dos anos 60 do século passado, o caminho-

Manuel da Silva Guimarães dedica seguidamente algumas páginas aos estabelecimentos industriais dos franceses Gabriel de La Croix e Noel Le Maître, em Tomar, de 1771 a 1789.

Sob a protecção da Real Fábrica das Sedas, Gabriel de La Croix, já estabelecido em Lisboa, instalou em Tomar uma fábrica de caixas de cartão envernizadas, tendo obtido o exclusivo do fabrico das caixas para tabaco de qualquer qualidade a 17-VIII-1772. Pouco depois esta fábrica desaparecia, vítima de um incêndio.

Entretanto, Noel Le Maître solicita autorização para fundar em Tomar uma fábrica de meias de lã e algodão, a qual lhe foi concedida por alvará de 14-XII-1771. Em 1789 tomou conta desta Fábrica uma sociedade constituída por Jacome Ratton e Timotheo Lecussan Verdier.

Pode perguntar-se, entretanto, se existiu alguma relação entre os referidos estabelecimentos de La Croix e Le Maître e a futura Real Fábrica de Fiação de Tomar. Quanto à localização, adverte o A.: «Está fora de dúvida, que a Fábrica de Meias de Le Maître nada teve a ver com os locais em que laborou Gabriel de La Croix, e muito menos com a localização da Real Fábrica de Fiação de Tomar» (p. 20). Como empresa, parece-nos ser lícito ver na Fábrica de Meias de Le Maître como que o embrião da Real Fábrica de Fiação de Tomar.

Manuel Guimarães analisa depois o evoluir da Fábrica, seguindo, por ordem cronológica, a actividade das diversas sociedades, correspondendo a algumas destas a mudança de nome da própria Empresa.

À 1.<sup>a</sup> sociedade (1789-1793) competiu normalizar a situação da Fábrica de Meias de Le Maître, assim como construir as instalações e adquirir os maquinismos <sup>(5)</sup> para a nova Fábrica, passando a Empresa a denominar-se Real Fábrica de Algodões, Lençaria e Meias de Tomar.

Os últimos anos de Setecentos e primeiros de Oitocentos tornam-se difíceis para a nova Empresa. Por um lado, o afastamento de Ratton em 1793 e a constituição de novas sociedades <sup>(6)</sup>. Por outro, a concorrência inglesa, de que se queixava em 17-XI-1799 um dos socios, Verdier, lamentando «... a *admissão ilimitada de fio inglês pela con-*

-de-ferro, com as enormes consequências da sua introdução e divulgação (Ver Joel Serrão, *Das consequências nacionais do advento dos comboios*, in «Temas Oitocentistas. Para a história de Portugal no século passado», II, Lisboa, Portugalia, 1962, pp. 269-276).

<sup>(5)</sup> Ver o mapa n.º 1, pp. 35-37 da obra a que nos reportamos.

<sup>(6)</sup> 2.<sup>a</sup>: 1793-1797; 3.<sup>a</sup>: 1797-1810; 4.<sup>a</sup>: 1810-1816.

*correncia e empate que causa ao nosso*. Apresenta o exemplo do que se passa com a venda do fio da Fábrica na cidade do Porto, exibindo uma carta de um representante daquela localidade que demonstra a impossibilidade de venda do *fio de Thomar* perante a invasão de fio inglês» (p. 64). Em último lugar, as próprias consequências das Invasões Francesas, nomeadamente o estabelecimento de tropas no interior da Fábrica e o sequestro praticado em 24 de Março de 1809 (p. 69).

Como é salientado pelo A. (p. 64), reveste-se de determinada importância, para o conhecimento da Empresa na última década do século XVIII, a carta de Jacome Raton datada de 12-XII-1799 (doc. n.º 29, pp. 218-219). Raton fornece pormenores sobre apetrechamento técnico, níveis de produção e de comercialização dos produtos.

Igualmente importante, não só para o conhecimento da Fábrica mas também da indústria portuguesa no mesmo período, é o documento (n.º 30, pp. 220-236) de Thimotheo Lecussan Verdier, de 3-XI-1799. Atente-se, apenas como exemplo, nas judiciosas considerações que faz sobre a concorrência inglesa e a falta de uma escola de fiação. Sobre este ponto afirma: «O meio por que o Ministério pode perpetuar, e ampliar este ramo de industria, he tomar hum modelo, Escola ou Seminario em que se criem alunos que ao depois sejam procurados para mestres de novos estabelecimentos, e que com os conhecimentos adquiridos à custa do Publico perpetuem em utilidade do Estado esta importante Industria» (p. 230). Durante a vigência da 4.ª sociedade (1810-1816), inicia-se, de forma lenta, a recuperação da Fábrica. Segue-se o período da administração Loureiros (1816-1873), ao longo do qual se verificou aquilo a que o A. chama a questão Verdier-Loureiro.

O estudo elaborado por Bartholomeu Achilles Déjante, publicado em 1865, possibilita o conhecimento de pormenores vários sobre a Fábrica, pouco tempo antes de se ter formado nova sociedade. Constituída esta em 1874, sob o nome de Real Fábrica de Fiação de Thomar, urgia entretanto tomar medidas que permitissem o desenvolvimento da Empresa e fizessem face à concorrência. Deste modo, adoptam-se novas tabelas mais favoráveis ao público, ao mesmo tempo que a máquina a vapor é aplicada à tecelagem e à fiação no período que decorre entre 1874 e 1878 (p. 106).

Embora experimentando dificuldades, a Fábrica de Fiação de Tomar ia progredindo, como se vê pela resposta dada ao questionário do Inquérito Industrial de 1881 (pp. 312-319). Todavia, passado

algum tempo (29-VIII-1883), um violento incêndio destruiu-a quase por completo.

Efectuada a reconstrução fundamentalmente nos últimos meses de 1883 e durante o ano de 1884, assiste-se seguidamente a uma rápida recuperação da Empresa, facilitada pela aplicação da electricidade (1877) e compra de novas máquinas.

Segue-se o estudo do período da fusão (aprovada em 1892) da Companhia da Real Fábrica de Fiação de Tomar com a Companhia Fabril e Industrial de Soure, assim como as consequências de tal acto.

Manuel Guimarães alude depois ao movimento operário na Fábrica de Fiação de Tomar, indicando a greve de 1894, contra o horário de trabalho de 12 horas.

Conjugando este elemento com parte de um relatório da Federação Operária de Tomar apresentado à Comissão do Congresso Nacional Operário, realizado em Tomar em 1914 (pp. 131-133), fica-se a conhecer algo sobre a situação do operariado da Fábrica de Fiação de Tomar, embora muito pouco, pois, como acentua o A., os movimentos operários na empresa «aguardam o competente estudo» (p. 127).

Uma situação de crise quase constante vai ser vivida pela Empresa a partir dos começos deste século, agravada pelas consequências da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, até que, a partir de 1920, se verifica um considerável ressurgimento na Fábrica, sob a acção de José Rodrigues Simões.

É transcrito um artigo do pequeno jornal *A Nossa Fábrica*, de 27-V-1945, donde consta um resumo da actividade desenvolvida pela Empresa nos anos de 1920 a 1945 (pp. 137-141). A fim de realçar o desenvolvimento conseguido, Manuel Guimarães recorda ter este período coincido com os dois grandes conflitos que deflagraram na Europa no nosso século, ao que nos permitiríamos acrescentar a própria grande crise de 1929 e os seus efeitos.

Por último, são fornecidos alguns elementos do período de 1945 aos nossos dias, extraídos dos relatórios da Direcção de 1945 a 1974, sendo postos em evidência os factos mais salientes.

Em síntese, entendemos dever destacar, como pontos bastante positivos deste trabalho, os seguintes:

- 1) Publicação de abundante e variada documentação (7) a ali-

*O* Que se encontra fundamentalmente no Arquivo da própria Fábrica de Fiação de Tomar.

cerçá-lo, a qual é de interesse não só para a história da Empresa, mas também da indústria portuguesa em geral <sup>(8)</sup>.

2) Estudo da Empresa com certo desenvolvimento, sobretudo no que se relaciona com o período da sua fundação e após o incêndio verificado em 1883.

3) Diversificada informação quantitativa através da apresentação de vários quadros.

4) Pormenorizada ilustração fotográfica de diferentes períodos e assuntos.

Passando seguidamente à análise de algumas deficiências que notamos nesta obra, veremos inicialmente as que se referem ao conteúdo e depois as de carácter formal.

Quanto às primeiras, as mais salientes, segundo a nossa perspectiva, são:

1. O estudo sobre a Real Fábrica de Tomar nem sempre aparece integrado no contexto industrial e sobretudo socioeconómico e político das respectivas épocas, podendo até deduzir-se da exposição, em alguns casos, que tudo dependeu apenas das respectivas Direcções.

Como exemplos apontaremos a falta de referência ou o pouco desenvolvimento dado aos seguintes factores: *a)* o aproveitamento de imigrantes estrangeiros nos começos da nossa industrialização, já salientado pelo Prof. Borges de Macedo para o período pombalino <sup>(9)</sup>; *b)* o intervencionismo estatal na indústria, directamente ou através

<sup>(8)</sup> O facto de ter sido publicada vasta documentação existente no Arquivo da Empresa merece ser realçado, essencialmente por dois motivos. Por um lado, pela circunstância de contribuir para um melhor conhecimento da história da indústria em Portugal com a revelação de fontes documentais anteriormente inéditas. Por outro, em virtude de tornar, em certa medida, menos árdua a tarefa do investigador que, desejando estudar esta problemática a partir de meados de Oitocentos, encontra a documentação muitíssimo dispersa e alguma mesmo fora do seu alcance. Veja-se, por exemplo, o que se passa com o acervo documental depositado até há pouco no antigo convento das Trinas, em Lisboa, e hoje na Quinta da Amora, distrito de Setúbal (Sobre este assunto ver Miriam Halpern Pereira, *Século e meio de História portuguesa à mercê dos ratos e outros bichos*, in «O Jornal», de 5-V-1978).

<sup>(9)</sup> Cf. *Indústria na Época Moderna*, in «Dicionário de História de Portugal», dir. por Joel Serrão, vol. II, Iniciativas Editoriais, 1965, pp. 531-532.

da protecção pautai <sup>(10)</sup>; c) outras causas — além das secas do rio Nabão — da tardia aplicação da máquina a vapor na Fábrica de Fiação de Tomar <sup>(n)</sup>; d) as repercussões, para a Empresa, da infra-estrutura de transportes lançada pela Regeneração, especialmente a partir de 1853 <sup>(12)</sup>; e) a articulação entre as crises cíclicas e os períodos de desenvolvimento ou de estagnação da Empresa <sup>(13)</sup>; f) finalmente, as relações entre a política industrial adoptada durante a Monarquia Constitucional, a 1.<sup>a</sup> República e o Estado Novo, bem como durante os períodos das duas Guerras Mundiais e da crise de 1929.

2. Apesar de o A. chamar a atenção para o facto de o movimento operário, na Empresa, esperar estudo competente, como já assinalámos, parece-nos que, de acordo com o próprio título da obra, mais algum relevo deveria ter sido dado ao operariado, como elemento integrante da história da empresa. Para além do número de operários nos diversos períodos, evolução dos salários — sobre os quais encontramos apenas elementos dispersos — e do próprio nível de vida, seria interessante saber-se, por exemplo, qual o número e a distribuição geográfica dos que trabalhavam para a Fábrica em suas próprias casas, por exemplo, no sector da fiação <sup>(14)</sup>. Sabemos que certas operárias, que adquiriam destreza na tecelagem, se desviavam da Fábrica para se dedicarem ao trabalho por conta própria (p. 307). Qual a relação destas com a Empresa, após a terem abandonado?

<sup>(10)</sup> Sobre esta ver, entre outros, o trabalho de Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Conflitos ideológicos do século XIX. O problema pautai*, Universidade de Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1976.

<sup>(n)</sup> Houve um desfasamento de aproximadamente quatro décadas, admitindo que a máquina a vapor começou a ser aplicada à indústria, em Portugal, pelo menos em 1835 (Cf. Joel Serrão, *Introdução e difusão da máquina de vapor*, in «Temas Oitocentistas. Para a história de Portugal no século passado», Lisboa, col. «Ensaio», Ática, 1959, pp. 107-129).

<sup>(12)</sup> Ano em que, como é do conhecimento geral, se começou a construir o primeiro troço de via férrea, entre Lisboa e Carregado.

<sup>(13)</sup> Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et monnaies au Portugal*, Paris, Armand Colin, 1955, pp. 238-287.

<sup>(14)</sup> O contributo do trabalho doméstico para a indústria foi considerável noutras regiões, como na de Portalegre e em Trás-os-Montes (Cf. Jorge Borges de Macedo, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, pp. 150-151, e o nosso trabalho *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, a ser publicado em breve).

Isto para já não referir os dramas vividos por muitos operários em momentos de crise, como sucedeu, por exemplo, aquando das dificuldades por que passava em Janeiro de 1789 um estabelecimento de Tomar, provavelmente a Fábrica de meias de Le Maître, que levaram Francisco Afonso Lima a escrever, com algum desespero, a Jacome Ratton, solicitando-lhe informações sobre o estado em que se encontrava o negócio <sup>(15)</sup>.

Do ponto de vista formal, notamos as seguintes lacunas: *a)* falta de referências bibliográficas; *b)* uma ou outra vez não é referenciada a fonte utilizada ou a sua localização <sup>(16)</sup>; *c)* a paginação inicial, ao passar da página VIII à 15.

Para finalizar, queremos contudo deixar bem claro que a enumeração destas pequenas lacunas não visa, de modo algum, minimizar o valor do trabalho de Manuel Guimarães sobre a Real Fábrica de Fiação de Tomar. Consideramos até que, com a publicação desta obra, se deu mais um importante passo para o desvendar da nossa industrialização, a qual, embora efectuada de forma lenta e tardia, ainda não se encontra completamente estudada nos seus variados aspectos e implicações.

JOSÉ M. AMADO MENDES

<sup>(15)</sup> Pedia auxílio «... para eu consolar esta gente, ou me desonerar do pezo que me fas ver huns poucos d'homens cheios de fome, sem terem que fazer, sem lhes pagar o que tem merecido, e sem buscarem rumo de vida afiansados nos meos prometimentos» (ANTT, *Ministério do Reino*, maço 357, n.º 5).

<sup>(16)</sup> V.g. doc. n. 11, pp. 29 e 174; doc. n.º 13, pp. 30 e 176; e p. 111, nota 33.